



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.^a SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 4.^a COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 27 DE JUNHO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Albertino Bragaça

Secretário: Ex.^{mo} Sr. Roberto Lombá

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião quando eram 10 horas e 20 minutos.

A 4.^a Comissão Especializada Permanente auscultou os peticionários Marcelino Narciso, Edgar de Ceita, Hamilton Pascoal e Faustino Santos, Membros da Comissão de Moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila

Mareco, na sequência da problemática de terrenos.

Intervieram também os Srs. Deputados Cecílio Quaresma (ADI), Marçal Lima (MLSTP/PSD), Hélder Paquete (ADI) e Carlos Pinheiro (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Carlos Alberto Pires Pinheiro

Cecílio Quaresma da Graça Sacramento

Hélder Paquete Lima

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adilander Costa de Matos

Jorge Amado

Manuel da Cruz **Marçal Lima**

Partido de Convergência Democrática (PCD)

Albertino Homem dos Santos Sequeira Bragança

O Sr. Presidente: — Srs. Membros da Comissão dos Moradores, é com muita satisfação que nós recebemos aqui os senhores, na sequência da petição que fizeram à Assembleia Nacional. Os senhores são moradores de Almeirim, S. Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Mareco. São os quatro que assinaram a petição e gostariam que os senhores se identificassem.

O Sr. **Marcelino Narciso** (Membro da Comissão dos Moradores): — Chamo-me Marcelino Narciso, segundo assinante da petição.

O Sr. Presidente: — A reunião está a ser gravada, de maneira que é bom falarem sempre pelo micro. Tem a palavra o Edgar de Ceita Lima Afonso.

O Sr. **Edgar de Ceita** (Membro da Comissão dos Moradores): — Eu chamo-me Edgar de Ceita Lima Afonso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra Hamilton Ribeiro Pascoal.

O Sr. **Hamilton Pascoal** (Membro da Comissão dos Moradores): — Chamo-me Hamilton Ribeiro Pascoal.

O Sr. Presidente: — E o Senhor?

O Sr. **Edgar de Ceita**: — Ele é um dos interessados. Pelo facto de o outro não vir, ele veio substitui-lo.

O Sr. Presidente: — Ah! Faltou alguém?

O Sr. **Edgar de Ceita**: — Sim.

O Sr. Presidente: — O que é que se passa lá na vossa localidade?

Numa dada altura recebemos aqui uma comissão, discutimos e soubemos que já havia uma solução para os terrenos de S. Marcos, Almeirim, etc. e ficamos surpreendidos quando os senhores fizeram uma nova petição. É por isso mesmo que gostaríamos de saber o que se passou que dificultou a resolução do caso, depois na nossa primeira intervenção. Eu gostaria que um dos representantes tomasse a palavra e nos falasse claramente da situação vivida nas localidades.

Tem a palavra o Sr. Faustino Santos.

O Sr. **Faustino Santos**: — Sr. Presidente, o que se passou não dependeu da nossa parte. Viemos à Assembleia, que fez o seu papel, tivemos um encontro com o Sr. Ministro de tutela, juntamente com os invasores que estão no local, então ficou acordado que lhes dessem um espaço em Rio Voga. Então, entregou-se tudo ao Sector dos Serviços Geográficos e Cadastrais para dar diligências, com um prazo de 15 ou 30 dias, que havia dado na altura, mas até então não ficou resolvido. Depois o Director dos Serviços

Geográficos e Cadastrais nos informou que houve um impasse quanto ao local onde iam dar aos pequenos agricultores. O Ministério da Agricultura não concordou com a Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais. Então ficou nesse impasse e ficamos sem saber porquê.

O Sr. **Presidente**: — Soubemos aqui na Assembleia que os senhores tiveram esses encontros, até tiveram encontros com os Ministros da Agricultura e das Obras Públicas.

O Sr. **Faustino Santos**: — Sim. Até o Sr. Deputado Hélder Paquete, que está aqui presente, foi um dos mentores daquela reunião.

O Sr. **Presidente**: — Falava-se que tinha havido uma solução, mas depois os senhores é que não quiseram assinar a acta.

O Sr. **Faustino Santos**: — Não. Não dependeu da nossa parte. Os agricultores é que...

O Sr. **Cecílio Quaresma (ADI)**: — Esses não têm problemas, os agricultores é que não assinaram.

O Sr. **Presidente**: — Ah, esses são dos 77 que têm títulos?

O Sr. **Faustino Santos**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Ok. Na opinião dos senhores, o que é que está a entravar isso?

O Sr. **Faustino Santos**: — Posso dizer que é a política.

Sr. **Presidente**: — A política é que está a entravar isso?

O Sr. **Faustino Santos**: — Sim. Ou posso dizer que é a autoridade do Estado.

O Sr. **Presidente**: — É a falta de autoridade de Estado?

O Sr. **Faustino Santos**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Os outros membros não têm nada para acrescentar?

O Sr. **Hamilton Pascoal**: — Sobre esta questão da falta de autoridade do Estado, ultimamente no mês de Maio, estávamos com os agricultores mais o Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, entramos num acordo e fomos até ao Rio Voga ver o espaço e eles concordaram. O próprio Director garantiu que até este mês que vamos terminar haveria diligências para que todos aqueles que têm títulos recebessem o seu espaço e que os camponeses iriam ao Rio Voga.

Em última hora, foram dizer que se tinha que fazer um inquérito, para procurar o depósito para facilitá-los na irrigação e outras tantas coisas. Ultimamente, perguntei ao Sr. Director se isso cabia também aos beneficiários do espaço ou só aos agricultores, juntamente com o Ministério da Agricultura. Não somos nós que temos que desenrascar uma forma para encontrar água para irrigação. Eles já viram o espaço, que são 11 hectares e pouco, então deviam lá ir e devolver as pessoas os seus espaços aqui.

É só isso que tenho a dizer.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos os documentos e ouvimos agora a intervenção de dois dos representantes dos peticionários e queria ouvir a vossa opinião.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma (ADI)**: — Sr. Presidente, eu li por acaso a petição dos moradores e aqui também tem uma acta da reunião feita no Ministério. Se pudermos ver nessa acta, só o Presidente da Associação dos Horticultores, Sr. Ismael Pita, não assinou a acta da reunião.

Eu creio que é preciso também chamarmos esses camponeses, porque a solução foi encontrada, inclusive o próprio advogado deles, o Dr. Rui Seca, assinou essa acta.

Depois aqui no fim há uma nota dos camponeses com algumas exigências. Aqui eles escrevem: «conhecer o espaço, desbravamento da terra, local de cada um...». Agora pergunto, quem vai desbravar a terra? No meu ponto de vista, estão a pisar uma bola, porque se eles tomaram o terreno da forma como tomaram, é preciso que eles recebam a terra e façam os seus trabalhos.

Eles escrevem, «conhecer o espaço, desbravamento da terra, local de cada um, água canalizada...». Pergunto, neste momento, têm água canalizada? Então, a forma mais simples para resolver isso é encontrar com os camponeses e dar-lhes um prazo. Acho que o problema dos moradores não está ao nível

do Cadastro, mas sim do Ministério da Agricultura. Então, é possível encontrar, junto ao Ministério da Agricultura, o responsável para essa área e saber quem vai ao Rio Voga e quem fica na foz do Rio Água Grande, porque é preciso encontrar uma solução mais cedo possível.

Eu até tive a oportunidade de conversar com um dos moradores e ele disse que já tem cimento a ficar pedra e há quem tem barrotes a apodrecer, etc. Eu digo isso porque fui um dos mentores para a resolução desse problema todo. Digo mentor, porque lutei de forma que ninguém saísse a perder. Que eles ficassem como espaço que têm para construir e os camponeses tivessem um outro local para desenvolver da sua actividade e uma vez que a solução foi encontrada, eles têm que respeitar.

A minha opinião é encontrar com os camponeses e dar-lhes um prazo de uma forma simples e eles têm que respeitar. É só chamar o Ministro da Agricultura e os camponeses, dividir a terra e saber quem vai ao Rio Voga e quem fica, mas têm que lhes dar um prazo. «Até a data tal, vocês têm que abandonar o terreno», e ponto final! Cada um com o seu talhão e o seu documento na mão e o resto é tocar para frente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima.

O Sr. Marçal Lima (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu penso que temos que auscultar os horticultores. A informação que tenho, a menos que me desmintam, como dizia o Sr. Deputado Cecílio, já se entrou num acordo sobre essa problemática, o que é necessário agora é fazer com que o Governo cumpra a sua parte. O problema que se põe é que hoje toda gente é chefe, todos mandam, há desmando e ninguém cumpre, porque se encontrou um espaço que é o Rio Voga, há pessoas que estão lá legais, tem títulos, o sector competente emitiu o título para cada uma das pessoas construir a sua moradia.

Até esse momento, compreendemos a situação. Aqueles que tinham produtos no campo, devíamos dar-lhes algum tempo, para que acabe a estação da Gravana e para que cada um acabe de colher o seu produto. Acho que o problema é exigir ao Governo que cumpra. Não é preciso esperar que as coisas compliquem para depois ir ao Governo. Desde de agora, há um acordo feito, em função desse acordo aproximam as partes, chegam a uma conclusão em termos de tempo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. Hélder Paquete (ADI): — Sr. Presidente, esta é uma daquelas questões que a gente pode dizer, «falta de seriedade», porque esse processo, na realidade, passou pelo Ministério, na altura, o Ministro cessante incumbiu a Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais para fazer um levantamento e trazer a solução. A solução é em função das questões que foram apresentadas.

Uma delas foi aceite por ambas as partes, que é a deslocação dos horticultores para o Rio Voga. Tudo foi aceite naquela reunião, inclusive o Sr. Ismael Pita concordou com a solução e o prazo. O certo é que ao invés de fazer uma assembleia-geral antes e levar as indicações, fizeram o contrário. Foram para a reunião e depois fizeram a assembleia-geral. Lá é que saiu o último documento, em que pedem água canalizada, abertura do espaço, medição, etc. Hoje em dia dá-se tudo gratuito e eles querem tudo gratuito também.

Na minha opinião, o Ministério da Agricultura deveria apoiá-los na medição do espaço, afim de conhecer o espaço de cada um, porque o Ministério, em princípio, deve ter estruturas para fazer isto.

Neste momento, os agricultores já têm terra gratuita e se eles quiserem trabalhar na verdade, que façam abertura do espaço e o cultivem. O problema já não está precisamente nesses horticultores. O máximo que podemos fazer é pedir ao Ministério da Agricultura para, no caso seja possível, apoiá-los na medição do espaço, porque há uma decisão tomada e quem violou foram os horticultores. Uma posição foi tomada, eles é que não assinaram o documento.

O meu nome também aparece em tudo isto, porque estávamos à espera que eles assinassem o documento e, automaticamente, nós também assináramos, porque o Ministro não podia assinar um documento enquanto os outros intervenientes não tivessem assinado. Só isso é que faltava. A decisão está tomada, há um espaço, o Ministério da agricultura já identificou o espaço, agora o que podemos eventualmente pedir ao Ministério é apoio na medição do espaço.

O Sr. Presidente — Eles não assinaram com base nas revindicações que fizeram depois.

O Sr. Hélder Paquete (ADI): — Isso veio depois. Porque ficou tudo aceite que eles se deslocariam ao Rio Voga, num prazo determinado. Depois é que eles apresentaram a revindicação, porque isso vem depois do encontro, eles não organizaram a assembleia, não fizeram trabalho de casa. Deviam reunir a assembleia inicialmente, depois ir a reunião. Fizeram ao contrário. Depois de ter aceitado todos esses parâmetros com o advogado é que eles apresentaram esse documento.

O Sr. Presidente: — O Estado tem a terra em Rio Voga, o acordo era no sentido de os agricultores irem para o Rio Voga. Das intervenções aqui havidas, o Ministro da Agricultura devia encontrar-se com os agricultores, apoiá-los na medição e na instalação e dar-lhes um prazo definitivo. O que é que eles pedem?

Dessas cinco reivindicações, essa é uma questão que temos que ver, eles pedem para conhecer o espaço. Isso é normal, têm que conhecer o espaço. Depois dizem «desbravamento da terra». Quem ia desbravar a terra? É o Estado ou eles?

O Sr. Hélder Paquete (ADI): — O Estado.

O Sr. Presidente: — Mas se o Estado já dá a terra ainda tem que desbravar?

O Sr. Hamilton Pascoal: — Eles já conhecem o espaço.

O Sr. Presidente: — Estou a ver as cinco revindicações que estão ali. Nós podemos dizer que o Estado ajude a desbravar. Não é possível.

O ponto 3, «local de cada um ou a medição». O Estado pode ajudar?

O Sr. Hélder Paquete (ADI): — Eu acho que o Ministério da Agricultura tem os serviços que podem apoia-los muito bem na medição, para que cada um conheça o seu espaço.

O Sr. Presidente: — Precisamente. Ponto 4 «Água canalizada».

O Sr. Hélder Paquete (ADI): — A população não tem.

Risos.

O Sr. Presidente: — A 5.^a reivindicação «Condições de trabalho». O que é que o Estado pode fazer aí? É que nós temos que aconselhar.

O Sr. Presidente: — Ponto 5 «Condições de trabalho». O quê que o Estado pode fazer aí? O Estado pode proporcionar as condições de trabalho? Meus senhores, nós temos que aconselhar.

O Sr. Marçal Lima (MLSTP/PSD): — Nesse caso tem água.

O Sr. Presidente: — Tem água não é? Eles querem água canalizada.

O Sr. Marçal Lima (MLSTP/PSD): — O que eles querem são botas, machins e fertilizantes, etc.

O Sr. Presidente: — O que é que nós podemos aconselhar?

O Sr. Hélder Paquete (ADI): — No quadro de apoio a segurança alimentar, não é uma questão isolada para eles, porque não se pode chegar e dizer «é só para vocês». Não. Tem que saber logo que é para todos os horticultores. Se o Estado estiver a subvencionar os insumos e meios de produção, é uma coisa generalizada. Não se pode ir só para um lado, porque outro lado também vai levantar. Há mais horticultores aqui no País. Eles também vêm dizer: «Se vocês estão a fazer isso para este grupo, nós também queremos». As condições de trabalho que eles aqui mencionam é tudo que lhes facilite trabalharem.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima.

O Sr. Marçal Lima (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é para reafirmar a minha posição com relação a essa questão. É no sentido de dizer que acho que o Estado deve garantir a medição do espaço. O Estado tem topógrafos para que haja justeza no espaço e orientar. Hoje é possível encontrar todos esses meios gratuitos, nomeadamente machim, insumos, etc. É possível encontrar apoios nesse sentido, mas é necessário que eles sejam orientados, é expediente deles agora. Eles é que devem solicitar esses apoios e é possível.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. Cecílio Quaresma (ADI): — Sr. Deputado Marçal Lima, o importante é que eles estejam em associação. Estando em associação ainda é mais fácil conseguirem apoios. Se fosse cada um no seu lugar, seria mais difícil, mas é uma associação! Se eles pedem apoios na associação dos camponeses de tal local que vai deslocar para o Rio Voga, fica mais fácil para eles, porque eles têm um estatuto e mais, assim é mais fácil para eles. Não sei até que ponto é que o Estado os pode apoiar.

Sr. Presidente, na verdade gostaria que entrasse «apoio à associação dos camponeses, para ver o que o Governo vai dizer.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — É só para esse grupo ou de forma generalizada?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Eu não sei.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Porque existe a associação de Bobó Forro, de Ubá Cabra, de Mesquita...

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sim, é uma associação e estão a pedir apoios.

O Sr. **Presidente**: — Mas essa associação existente é alargada ou é desse grupo?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — É associação dos camponeses da Roça João. Agora, eles pedem apoios.

O Sr. **Presidente**: — Não existe uma associação dos camponeses?

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Não. Existe associação dos pequenos agricultores.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Eles estão federados na FNAPA e recebem apoios com orientação da FNAPA.

O Sr. **Presidente**: — Estão na FNAPA? Ok.

Nós não somos executivos, a Assembleia não governa, como os senhores sabem, mas a Assembleia fiscaliza a acção do Governo e aconselha. É por isso que depois de ouvir os senhores vamos fazer um relatório a aconselhar o Sr. Presidente da Assembleia Nacional a dizer ao Governo aquilo que deve fazer em relação à solução deste caso.

Vocês falaram em autoridade do Estado. De facto, há questão de autoridade de Estado, porque aqui fala-se de um acordo que houve, encontrou-se o Rio Voga como alternativa e deu-se um prazo de 3 meses, que terminou a 17 de Outubro de 2012, portanto há quase 1 ano.

O que dissemos aqui foi o seguinte:

Primeiro, vamos aconselhar o Ministério da Agricultura a encontrar-se de novo com os agricultores. Eles já conhecem o terreno, apoiá-los na marcação, medição e distribuição das parcelas por cada um dos agricultores. O Governo pode orientá-los na procura de apoios, através da sua associação.

Protestos do Sr. Deputado Cecílio Quaresma (ADI).

O Sr. **Presidente**: — Foi o que foi dito aqui, «orientá-los na procura de apoios para a sua associação».

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — A FNAPA não apoia os pequenos agricultores?

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Desculpe, os governos não lhes orientam. Se o Governo quiser fazer, faz. Agora, eles como camponeses organizados têm uma federação e podem aproximar-se e pedir uma orientação. Essa federação orienta-os, vai ao Governo, através do Ministro da Agricultura, e põe a questão assim, assim, e vê o que o Ministro pode fazer. O Governo, em princípio, não os vai orientar. Depois vão dizer que não têm. Em princípio devem estar federados na FNAPA.

O Sr. **Presidente**: — Estão mesmo na FNAPA? Eles devem procurar a FNAPA, no sentido de orientá-lo na procura de apoios financeiros e outros.

Temos que preparar esse relatório o mais rápido possível, porque não podemos fazer muita coisa, não temos acção directa na execução desses trabalhos. Por isso, agradecemos a vinda dos senhores aqui, espero que compreendam que não nos compete resolver directamente o assunto, mas viram a disposição de todos os Deputados aqui presente, reconhecemos a razão que os senhores têm e vamos pressionar as autoridades, no sentido de resolver a vossa situação. Não sei se algum Deputado quer dizer algo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro. Está muito lacado hoje, o que se passa com sigo?

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, estou um pouco doente.

Eu julgo que essa nossa decisão é a mais acertada, mas de qualquer forma, estamos perante um conflito entre duas partes, em que do meu ponto de vista o Estado é culpado, porque concedeu terra para construção a um grupo de cidadãos e são pessoas com o título de posse válido emitido pelo Estado. O Estado simplesmente não tomou medidas em relação às pessoas que invadiram aquele espaço que o próprio Estado concedeu aos cidadãos, de acordo com as normas legais.

Daí que estamos perante um conflito que o Estado é que tem que resolver, e deve encontrar a melhor forma para a sua resolução, porque os agricultores foram lá, fizeram o seu campo, têm lá a sua vida,

também o Estado não tomou nenhuma medida, deixou. As pessoas que têm títulos reclamaram, como disseram, mas houve falta de autoridade do Estado. Compete ao Estado tirar as pessoas de lá. O Estado tem que negociar para encontrar uma forma para poder devolver o direito que as pessoas têm do terreno que o próprio Estado concedeu.

Agora, como o Estado o vai fazer, se calhar podemos também emitir a nossa opinião, dizer que o Estado não pode orientar ou apoiar com matérias, acho que também seria muito pesado. O Estado deve encontrar um incentivo para eles, de forma que eles possam abandonar, porque eles também têm lá a sua vida e o Estado permitiu que essas pessoas fizessem lá a sua vida durante esse tempo. Agora, eles também não vão abandonar aquilo com uma mão à frente e outra atrás.

Querem ir trabalhar num outro terreno com algum incentivo, no sentido de restabelecer aquele nível que eles já têm criado nesse terreno que o Estado concedeu. Acho que aqui é que está o conflito. Se o Estado souber fazer uma boa gestão desse conflito, isso é ultrapassável imediatamente. Daí que o nosso parecer deve incentivar o Estado realmente a encontrar uma saída airosa para ambas as partes e que esses agricultores não fiquem prejudicados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, o meu colega tem toda a razão, mas eles já têm uma acta que foi feita e desconhecem a razão de tudo isto. Não vamos fazer nada sem um tempo próprio, porque se não vamos estar lá a bater sempre no mesmo teclado e os males vão sempre continuar.

Sei que agora estamos no momento da Gravana, os senhores meteram lá plantas, porque durante a chuva ninguém produz. Vamos dar um tempo, tanto ao Governo como aos agricultores. Fora disso já não assumimos. Cada um que tem o seu terreno, deve ocupá-lo.

O certo é que vamos dar mais um tempo, 2 ou 3 meses, e fazer com que o Estado cumpra aquilo que for estipulado. Se for 1mês, são 30 dias e se for 2 meses, são 60 dias, de forma que ninguém saia a perder, porque se formos falar sempre na mesma coisa, nunca vamos sair daqui. Vamos dar um tempo de forma que o Governo possa resolver o problema junto aos camponeses, porque o problema está neles.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, eu queria acrescentar um pouco mais. Eu entendo que essa questão é uma questão de justiça, porque esses senhores que têm o título de posse podem interpor uma acção de reivindicação da sua propriedade.

Nós estamos a tratar isso aqui no âmbito político, para podermos encontrar uma saída para a resolução desse conflito, porque se eles forem, por exemplo, ao Ministério Público interpor o caso à justiça, a decisão que se vai tomar é retirar aqueles que não têm títulos de posse da propriedade, pura e simplesmente! Se ainda não foram, certamente como eles disseram o problema é político.

Então, no âmbito da política, temos que encontrar uma solução, porque quem tem título de posse é proprietário daquele lugar. Daí que não pode haver invasão de ninguém. Eles podem interpor uma acção para a restituição do direito de propriedade do terreno.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Eu só queria fazer um remate final na nossa recomendação ao Governo. Que fizéssemos alusão ao Programa do Governo, porque de certeza que nele deve haver qualquer coisa como a segurança alimentar. Que o Governo pudesse incentivar os horticultores em geral a cultivar mais. Podíamos fazer referência a essas questões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima.

O Sr. **Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu só queria felicitar a esse colectivo de pessoas que estão cá pela iniciativa que tiveram em encontrar a solução em primeira mão, uma solução amigável, isso é bastante bom. Eu acho que é assim que devemos pautar pela vida, antes de tomarmos medidas, encontremos uma solução de diálogo. Assim sendo, como outras intervenções já havidas, reforçar mais ainda a intenção inicial que eu tinha.

Eu tinha falado que água é necessário. Sem ter a garantia de água eles não vão sair de lá. Onde um horticultor estiver tem que haver água. Portanto, se o Governo não tentar solucionar isso com alguma sensibilidade, quer dizer de facto arranjar equilíbrio familiar. Como dizia o Sr. Deputado Pinheiro, as pessoas têm sustento lá. Havendo sustento, é preciso encontrar água e outros incentivos.

Com essa vontade, facilmente eles sairão, o que é preciso é que as pessoas trabalhem, porque há falta, para permitir que as pessoas que têm o seu título possam construir.

O Sr. Presidente: — Meus senhores, ouviram tudo o que foi dito também, vamos tentar ver se conseguimos ajudar a resolver o problema. Posso prometer aos senhores, em nome dos Srs. Deputados, que queremos fazer isso com maior prontidão possível.

Esperemos que os nossos conselhos, as nossas sugestões sejam levadas a cabo pelo Governo. Cabe à Assembleia, como disse, fiscalizar a acção do Governo, ajudar através da pressão que pudermos fazer, da maneira que desejamos e que desta vez a coisa tenha uma solução.

Não sei se os senhores têm mais alguma coisa a dizer, antes de saírem?

Tem a palavra o Sr. Hamilton Ribeiro Pascoal.

O Sr. Hamilton Pascoal: — Eu só queria acrescentar uma questão ali. Já vai a caminho de três ou quatro gravanas que a solução estava quase à vista. Devido a Gravana deram-nos um prazo de 3 meses, eles concordaram. Um outro ano, devido a Gravana, deram mais 3 meses.

Eles concordaram e não saíram. E agora de novo estamos na Gravana, o prazo mais três meses. E as pessoas que têm título têm os seus barrotes que já estragaram. Toda gente sabe que a vida está difícil, o dinheiro não se guarda. As pessoas fizeram o programa para iniciar a sua construção e não iniciou. Quem vai pagar os prejuízos?

Nesse momento eles estão a exigir água, mas quando invadiram o terreno sabiam que o terreno era para construção. Muitos camponeses que estão lá não são residentes, são de Madre Deus, Pantufo e outros vieram de longe. Os primeiros camponeses que entraram lá, no momento quando sabiam que iam sair, alguns abandonaram. Muitos que lá estão arrendaram para terceiros. Eles estão a exigir do Estado e se nós também nos unirmos e exigirmos que o Estado nos pague todo esse tempo perdido?

Penso que todos nós somos são-tomenses, podemos tolerar, mas demos tempo de mais e o Estado tem que agir. O Estado negociou, perdeu-se tempo, nesse momento estamos cá, sei que o Estado está a gastar. A pessoa tem que respeitar o Estado. Se formos já por este caminho e concordarmos, o Estado tem que agir. Vão dar mais 3 meses, amanhã vão pedir outra coisa.

O Sr. Presidente: — Vamos ter em conta o vosso prejuízo.

Tem a palavra o Sr. Edgar de Ceita.

O Sr. Edgar de Ceita: — Sr. Presidente, como havia dito o meu colega, eu também estou cansado dessa situação de prazo em cima de prazo e as pessoas não cumprem. Eu sou de opinião que o Governo deveria resolver essa questão num espaço curto de tempo e não esperar a Gravana, porque tive a oportunidade de estar lá a 5 metros, o que separa é o rio, e vi um camponês, há coisa de 2 semanas, a meter produto na terra. Isso é uma questão e má-fé.

Eu estaria ciente se eles estivessem a meter produto logo que iniciou a Gravana, no princípio do mês de Junho. Se lhes vão dar mais o prazo de 3 meses, vamos ficar muito atrasados. Há pessoas que estão a ser prejudicadas por essa questão de má-fé dos camponeses e a falta de autoridade do Estado, porque creio que se o Estado estivesse bem, nada disso aconteceria.

Portanto, eu gostaria de pedir ao Sr. Presidente, tendo em conta que o seu Grupo Parlamentar é que sustenta o Governo, que encontrasse uma possibilidade de nos encontrarmos directamente com o Sr. Ministro de Obras Públicas e Urbanismo, igualmente com o Ministro da Agricultura, caso fosse possível.

O Sr. Presidente: — Registamos o pedido e, não havendo mais nada a dizer, queremos uma vez mais agradecer a vossa presença e também como disse aqui o Sr. Deputado Marçal Lima, a paciência e a compreensão que têm tido. Esperamos que possa chegar definitivamente a solução do problema.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 11 horas

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Roberto Patrício das Neves Lombá

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Dionísio Fernandes Leopoldino